

CAIO PRADO JR. E O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO: AS HERANÇAS DO ATRASO BRASILEIRO À LUTA REVOLUCIONÁRIA

Rafael dos Santos Alcantara¹
Rodrigo dos Santos Alcantara²

RESUMO: Este artigo visa investigar como Caio Prado Jr. coloca a questão do sentido da colonização do Brasil, expondo suas particularidades e, a partir disso, como esse processo implicou na configuração da luta revolucionária de esquerda no Brasil. Sendo assim, será exposto as críticas de Caio Prado Jr. ao pensamento dominante sobre pré-capitalismo no Brasil e quais as implicações dessa teoria na ação política revolucionária.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização. Capitalismo. Feudalismo. Revolução.

Introdução

Antes de entrar na problemática proposta nesse artigo, gostaríamos de começar esclarecendo algumas questões que são essenciais para melhor compreensão do pensamento de Caio Prado Júnior. A primeira questão diz respeito a sua fundamentação teórico-metodológica, e a segunda a respeito de sua atuação prática e política.

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília – SP – Brasil. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. rafaelalcantara@gmail.com

² Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília – SP – Brasil. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. rodrigosalcantara@gmail.com

Caio Prado Jr. foi um importante militante em prol da causa de revolucionária de esquerda no Brasil. Toda a sua fundamentação teórico-metodológica, para uma contundente análise sobre o caráter da exploração do Brasil, está ancorada nas ideias de Karl Marx e Friderich Engels. Isso quer dizer no mínimo duas coisas: que ele parte da análise de que o capitalismo assegura, por base, que a riqueza produzida pela classe trabalhadora seja expropriada e acumulada privadamente pelas classes detentoras dos meios de produção; e que suas contribuições têm um vínculo orgânico com as classes subalternas. A outra questão é de que, toda a atuação prática e política de Caio Prado Jr., teve como horizonte a construção do socialismo, contribuindo para pensar soluções para os problemas nacionais, refletindo sobre os impactos do subdesenvolvimento e da exploração do capitalismo no Brasil. Não por acaso, esteve filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual teceu duras críticas. Desse episódio vemos o embate teórico de Caio Prado Jr. (mesmo que não diretamente) com outros integrantes do PCB, sendo os mais conhecidos Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Octávio Brandão, além das orientações da Terceira Internacional para os países colonizados, semifeudais e dependentes.

Em seus livros vemos o desenvolver de duas ideias fundamentais para sua crítica. A primeira trata-se da fundamentação de que o Brasil surgiu e se desenvolveu da expansão comercial do século XV e que esta teria relação com o capitalismo em formação. A colonização do Brasil, no plano mundial, possuiria aspectos de uma empresa comercial destinada a explorar recursos naturais de um território novo em proveito do comércio europeu. É fundamental entender essa característica porque a captação de recursos naturais do Brasil não vai servir para o desenvolvimento das forças produtivas internas, mas sim para o desenvolvimento das forças produtivas externas, isto é, das metrópoles. A segunda ideia é a de que, o Brasil, por conta das marcas da colonização, não teve nenhuma relação com o modo de produção de tipo feudal ou, de modo geral, relações pré-capitalistas, mas que tratava-se do desenvolvimento de um capitalismo *sui generis*, isto é, da formação de um capitalismo com características próprias. Ao expor essas ideias, Caio Prado Jr. mergulha em diversas polêmicas, tanto no interior da esquerda quanto fora dela.

Caio Prado Jr. escreve quatro obras sobre o Brasil que são indispensáveis para qualquer pesquisador, sendo elas *A Evolução Política no Brasil* (1933), *A Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), *História Econômica do Brasil* (1945) e *A Revolução Brasileira* (1966). Além disso, Caio Prado Jr. escreveu outras obras com relação ao pensamento e teoria marxista e vários artigos. Também fundou

a editora Brasiliense – meio do qual se utilizou para propagar suas ideias – que, durante os anos de ditadura militar e da crescente repressão aos ideais revolucionários e progressistas pós 1964, foram forçados a se recolherem.

A Formação do Brasil Contemporâneo (1942) – obra da qual daremos ênfase neste artigo –, trata-se de colocar na ordem do dia os debates com qual Caio Prado Jr. esteve submerso durante a década de 1920 até a publicação deste livro. Durante esse período, diversos intelectuais discutiam qual era a identidade do Brasil. Trata-se de um debate do qual se envolveram importantes estudiosos, tais como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Viana, Raymundo Faoro, Nelson Werneck Sodré, Ruy Mauro Marini, Octávio Brandão³, entre outros. No entanto, esta obra não se resume à busca da identidade do Brasil, mas de uma rigorosa análise das razões e do caráter do subdesenvolvimento brasileiro, além da fundamentação e teorização dos meios para superar essa condição. Outra obra que daremos ênfase é *A Revolução Brasileira* (1966), onde Caio Prado Jr. vai sistematizar todos os seus estudos e apontar que a revolução socialista seria o único caminho para superar o atraso do Brasil, uma vez que os problemas do capitalismo presente eclodem do passado colonial. Portanto, a temática desse autor não se resume a meras teorizações e sujeições, mas de um compromisso político e revolucionário.

Sendo assim, o propósito desse artigo é fazer um resgate das principais ideias de Caio Prado Jr. demonstrando as particularidades da formação social do Brasil e, em seguida, fazer uma breve análise sobre como estava atuando a esquerda brasileira aos olhos deste autor. Guiaremos através das perguntas: qual é o sentido da colonização? Quais os erros da teoria consagrada sobre a formação do Brasil? Onde se fundamenta a crítica de Caio Prado Jr. à esquerda revolucionária brasileira?

As heranças da formação brasileira

Para Caio Prado Jr., toda formação social, que demanda um complexo sistema de mediações, tem sua evolução, ou seja, um sentido (PRADO JÚNIOR, 2000). Isso quer dizer que o desenvolvimento de uma sociedade tem certa “linearidade”. Essa linearidade faz parte de um todo, mas ela não pode ser identificada como todas as demais formações sociais, pois a história é marcada por diversas

³ Em sua obra “Agrarismo e Industrialismo” Octávio Brandão assinava pelo codinome Fritz Mayer devido à perseguição e a censura. Foi deportado em 1931, durante o governo de Getúlio Vargas, permanecendo quinze anos na União Soviética.

particularidades, como é o caso da formação social brasileira. Isso nos impõe uma questão metodológica fundamental: que a totalidade de uma sociedade sempre se apresenta como síntese de múltiplos complexos. Em Marx, no método dialético – que é utilizado por Caio Prado Jr. –, está presente a história e a sociedade assim como seus complexos (economia, política, filosofia) como um processo unitário, mas que se diferenciam enquanto particularidades. E essa característica metodológica tão importante para Marx estará presente em toda formulação de Caio Prado Jr. Afirma Marx:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 2008, p.258-259).

A questão do caráter metodológico é essencial para Caio Prado Jr., porque ao refletir sobre o presente concreto ele precisa formular e reformular perguntas em que é necessário que se busquem desde suas origens, justamente por entender o presente como a síntese de múltiplos complexos, ou seja, como uma totalidade. O que se impõe no presente, e que era uma questão posta pela maior parte da esquerda brasileira nos anos 1920, são as razões do atraso do Brasil e do seu subdesenvolvimento e, consecutivamente, o que isso implicaria no processo revolucionário de caráter socialista. Em outras palavras, a questão posta pelos intelectuais da esquerda era o caráter da colonização, no intuito de entender se o Brasil está passando por um período de revolução, reformas de caráter democrático ou por um processo conservador.

Afirma Caio Prado Jr. que “não sofremos nenhuma descontinuidade no decorrer da história” (PRADO JÚNIOR, 2000), ou seja, como tese, ele defende que a história do Brasil é resultado do processo de expansão comercial do século XV, e que nossas mudanças são uma constante transformação em “direção” ao período colonial. Não há um rompimento, do ponto de vista universal, do elo que se inicia do Brasil colonial à sua independência. Em outras palavras, para ele, o caráter colonial se manteve após a independência. Sendo assim, para ter a real dimensão desta problemática, Caio Prado Jr. começa a investigar as origens da formação do Brasil.

A partir dessa dimensão é que Caio Prado Jr. começa sua análise, afirmando que o descobrimento do Brasil fez parte de um movimento muito mais

amplo, isto é, do período das atividades colonizadoras que marcou a história dos países europeus desde o século XV (PRADO JÚNIOR, 2000). Trata-se do período das expansões comerciais (mercantilismo) do século XV. O mercantilismo – ou capitalismo mercantil – foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo em formação, pois esse processo acabaria por integrar todo o mundo. Esta integração – e sua expansão –, segundo ele, originou-se de simples empresas comerciais em busca por mercado, o que por sua vez, possibilitou a estes se inserir e se adequar enquanto classe que almejava a hegemonia da produção e do poder. O Brasil e seu “descobrimento” foram derivados dessa expansão marítima comercial dos países da Europa, especialmente dos portugueses que buscavam, naquele período, rotas comerciais pela África até a Índia (PRADO JÚNIOR, 2000).

É no passado colonial do Brasil que se definiu o seu papel no plano internacional assim como definiu os fundamentos de sua nacionalidade. Durante esse período vemos a criação de um território e sua povoação; a criação de uma população com costumes e tradições próprias; a formação de uma estrutura particular e material com características próprias; uma organização social e etc. Com a entrada do século XIX, essa formação dá um salto para uma nova etapa, não só marcada pela transferência da família real para o Brasil em 1808, mas também por conta da independência em 1822 e das implicações na evolução da vida social, econômica e política – o que por sua vez não necessariamente romperia sua linearidade histórica. No entanto, é importante enfatizar que, no começo do século XIX, ainda não teria construído e organizado por completo o trabalho livre em todo país, ou seja, não teria superado, em todas as suas dimensões, a evolução do passado colonial para o presente (PRADO JÚNIOR, 2000).

Ao compreender que o Brasil, no plano internacional, comportava-se como uma grande empresa comercial, Caio Prado Jr., não demorou muito para entender que essa colonização tivesse problemas de aparência diversificada e heterogênea. Estes problemas estavam relacionados pela posição geográfica, uma vez em que o clima e o terreno no Brasil apresentam-se muito diferente em relação a Portugal. Como as iniciativas por busca de metais preciosos num primeiro momento fracassam, restou-lhes estabelecer a agricultura como a base econômica deste país. Mas essa agricultura adquiriria outra feição, pois, os gêneros naturais do Brasil são muito diferentes dos encontrados na Europa, uma vez que o clima brasileiro é predominantemente tropical e subtropical. Ou seja, isso exigiria uma adaptação do colono frente aos meios de trabalho. Deste modo, o colono

só viria se tivesse outros que trabalhassem para ele, jogando um papel decisivo na lamentável mão-de-obra escrava (PRADO JÚNIOR, 2000).

Então, a primeira herança do Brasil é marcada pelo papel das expansões marítimas comerciais realizadas por empresas comerciais do século XV. A segunda é as pretensões dessas empresas com o território. Inicialmente, segundo Caio Prado Jr., não se tinha a pretensão de povoar o Brasil. Isso que dizer que este território tinha como finalidade última apenas o comércio. O povoamento veio por uma causalidade, pois surgiram novas situações que teriam a ver com a formação de um comércio mais diversificado. Sendo assim, logo de início, podemos ver alguns dos aspectos dessa formação: a captação de recursos naturais dos países colonizados para o desenvolvimento das metrópoles pelo intermédio das empresas comerciais. Compreender essa característica é de fundamental importância porque demonstra que o desenvolvimento do trabalho no Brasil não estará voltado para o desenvolvimento das forças produtivas deste país, mas sim para o desenvolvimento das forças produtivas de outros países – como já apontado, o comércio foi essencial para a expansão do capitalismo (mas não o único elemento) e a dissolução do sistema feudal na Europa.

Sobre a luz dessa exposição e dessas condições Caio Prado Jr. afirmará que estava se formando um tipo de sociedade inteiramente original. Essa não teria um simples papel de feitorias comerciais, mas terá um forte traço mercantil, que ser identificado pela unidade de três fatores: o primeiro seria uma empresa do colono branco; a segunda seria um território de produção de recursos naturais de grande valor comercial; e o terceiro seria o trabalho escravo, tanto de negros quanto de índios (PRADO JÚNIOR, 2000).

É esse o sentido da colonização Brasileira, e é através desses aspectos que está contido os elementos essenciais da formação histórica do Brasil. Agora cabe saber se o Brasil, daquele período, estava passando por reformas ou por uma revolução de tipo burguesa.

Reforma ou revolução brasileira?

Ao escrever *A Revolução Brasileira* (1966) Caio Prado Jr. está indagando os motivos que levaram a esquerda fracassar em seu projeto revolucionário. Muitos autores refletiram sobre esse fracasso, se tornando uma questão paradigmática no interior da esquerda.

Segundo Ruy Mauro Marini, as dificuldades de se entender o Brasil devem-se porque se buscam parâmetros de um capitalismo puro, e que não

seria acidental as economias latino-americanas apresentarem distorções ou até mesmo deformações que levassem a apreensão de uma espécie de formação social “pré-capitalista”. Por se tratar dessa visão global de capitalismo puro jamais encontraríamos um desenvolvimento igual à dos países de economia avançada em solo latino-americano porque aqui essa dinâmica se desenvolveu de outra forma, assentada sobre outras bases (MARINI; TRASPADINI; STEDILE, 2005).

Para Caio Prado Jr., no Brasil, a teoria marxista da revolução, de uma forma ou de outra, se baseou sobre formulações e abstrações de cunho apriorístico, isto é, sem considerar as particularidades da dinâmica da sociedade brasileira, uma vez em que essa formação tem características próprias. Isso se deve, segundo ele, a três motivos: primeiro é que a teoria foi imposta de cima para baixo, ou seja, em vez de se analisarem as contradições candentes da realidade brasileira, o que se levou em conta foi a classificação atribuída ao Brasil, como se existisse uma cartilha a ser seguida; a segunda pela falta de conhecimento da dinâmica social brasileira; por último a falta de consciência e experiência revolucionária da classe trabalhadora (PRADO JÚNIOR, 1968). O resultado disso resume-se não apenas em concepções falseadas e distorcidas, como também em formular e impor fatos, tanto econômicos quanto políticos, de maneira deformada.

Sua crítica era voltada especialmente a corrente constituída como clássica no interior do PCB, chamando-se de “teoria consagrada”. Esta, segundo Caio Prado Jr., seria um desdobramento das resoluções da Terceira Internacional (também conhecida por Internacional Comunista), que foram formuladas a partir do VI Congresso Mundial de 1928. Ela definiu a realidade brasileira como país dependente que tinha características similares a que encontramos na Idade Média feudal. Esta definição pode ser atribuída como mecanista e reducionista, justamente por impor de cima para baixo uma realidade que excluí as particularidades dos países envolvidos, a ponto de se configurarem como a própria negação da teoria marxista⁴.

Mas essas reflexões levaram Caio Prado Jr. a se indagar sobre a pergunta: *o que é a revolução?* Era preciso por isso na ordem do dia, pois, para ele, uma aliança tática com os segmentos mais democráticos ou as classes burguesas mais

⁴ No entanto, antes das resoluções da Terceira Internacional de 1928, a ideia de uma espécie de feudalismo brasileiro já se fazia presente. Octávio Brandão, um importante militante do PCB e um dos pioneiros das ideias marxistas no Brasil trabalha sobre esses termos em *Agrarismo e Industrialismo* (BRANDÃO, 2006). Afirma Josnei Di Carlo (2018), em seu artigo *Da Margem se vê melhor? O Autoritarismo no Brasil segundo a Oposição de Esquerda nos Anos 1930* que Octávio Brandão depositava nas características do feudalismo brasileiro os empecilhos para o desenvolvimento do capitalismo nacional. Neste mesmo artigo o autor explora também a crítica de Caio Prado Jr. aos demais autores que defendem a tese do feudalismo no Brasil.

progressivas da sociedade não necessariamente seria o mais correto a ser feito – como não foi. Por exemplo, segundo Caio Prado Jr., a aliança tática da esquerda com Juscelino Kubitschek apresentou-se como equivocada na medida em que este, ao mesmo tempo em que apresentava um slogan de modernização e industrialização do Brasil, fez uma aliança com os interesses imperialistas, o que colocaria uma ambiguidade no interior do movimento revolucionário. Segundo ele, esse compromisso de Juscelino Kubitschek com o imperialismo levou a um enfeudamento da economia brasileira ao capital imperialista, assim como uma elevada exploração da classe trabalhadora por conta da inflação gerada em seu governo (PRADO JÚNIOR, 1968). Sendo assim, a análise de que era preciso industrializar o Brasil, para posteriormente dar um salto para a revolução socialista, historicamente e teoricamente demonstrou-se equivocada. Equivocada, pois não existiam elementos pré-capitalistas que deveriam ser superados. Então, Caio Prado Jr. vai ressignificar o termo revolução para o contexto mais geral, isto é, como um processo de sucessivas transformações que, num determinado ponto de inflexão, transformam-se as bases das relações sociais, políticas e econômicas. Não necessariamente esse processo é marcado por insurreições, tal com ocorreu na Revolução Francesa em 1789.

Essa ressignificação seria mais adequada para compreensão da particularidade brasileira se levarmos em conta dois fatores. O primeiro deles deve ser buscado no sentido da colonização. Não há na história do Brasil um processo insurrecional que colocou abaixo as relações pré-capitalistas existentes. O segundo fator é que as tensões geradas pelas contradições dessa sociedade, que elevou a outro patamar as inconsistências políticas, as ineficiências da administração pública, os desequilíbrios e as crises sociais, mostraram seu verdadeiro sentido numa ditadura militar, cujo propósito era de manter as relações preexistentes, isto é, manter o que se gestou com o sentido da colonização. A base dessa ditadura, segundo Caio Prado Jr., é de que essa instabilidade, gerada pela própria forma de como se reproduz as relações sociais desde a colonização, colocou em colisão os interesses da classe trabalhadora com as classes dominantes, ameaçando o desenvolvimento “normal” do país. Sendo assim, o que estava em jogo naquele momento era a manutenção da ordem ou um processo revolucionário – mesmo que a classe trabalhadora não tivesse consciência disso.

Para exemplificar, Caio Prado Jr. recorda o heroico processo de revolução cubana. No início da revolução cubana, as forças em disputas não tinham como horizonte a revolução socialista. Mas, para manter a unidade daquele processo, a fim de realizar uma verdadeira ruptura com o imperialismo norte-americano

e sem cair em reformas que ainda submeteriam aquele território a interesses externos, foi necessária uma revolução de caráter socialista. Isso não quer dizer que o pensamento de Caio Prado Jr apresentaria uma equivocada e simples evolução do capitalismo para o socialismo, mas que a única possibilidade de superação das contradições da base material da vida subordinada ao capitalismo é o socialismo. E a superação dessas contradições só poderia acontecer mediante a ação revolucionária.

Se não levado em conta este fato, numa leitura desatenta, colocam-se problemas de compreensão de ordem metodológica. Muito se afirma que o pensamento de Caio Prado Jr. é mecanicista, justificando-se que ele entenderia que o capitalismo necessariamente desembocaria num socialismo. Ao nosso entender essa é uma leitura *equivocada*, pois ele atribui à prerrogativa da ação revolucionária a conduta essencial para avançar o processo revolucionário. Caio Prado Jr. leva ao pé da letra a décima primeira tese sobre Feuerbach⁵ ao afirmar que o que realmente importa (isso não quer dizer que o que menos importa deve ser excluído), para o conhecimento científico, é o que se passa, e não o que é (PRADO JÚNIOR, 1968). Há nessa afirmação de Caio Prado Jr. uma prioridade na historicidade das relações sociais e nada mais que isso.

Novamente na polêmica com a concepção dominante sobre as relações pré-capitalistas no Brasil, esta leitura de Caio Prado Jr. se apresenta correta porque é na interpretação da conjuntura econômica e social – que está sempre em movimento devido à historicidade das categorias sociais – que podemos extrair uma análise concreta de uma situação concreta, e não através de conceitos pre-estabelecidos. Esse sentido apriorístico Caio Prado Jr. chamará de abstrações metafísicas, e que por isso, não tem nada a ver com o marxismo.

Ora, nada justifica, *a priori*, essa presunção. Ela não tem a seu favor nem mesmo o argumento da autoridade, que já por si apenas, e para um espírito verdadeiramente científico, pouco ou nada representa. A ideia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas é inteiramente estranha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo cujas atenções, no que nos interessa aqui, se voltaram sempre exclusiva e particularizadamente para o caso dos países e povos europeus. É deles que se ocuparam, e não generalizaram nunca as

⁵ “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2007, p.539).

suas conclusões acêrca das fases históricas percorridas por aquêles países e povos. Analisaram a eclosão e o desenvolvimento do capitalismo que, na Europa, emergiu do feudalismo que o precedeu, procurando nessa dialética da história moderna e contemporânea as premissas do socialismo que, como revolucionários, êles visavam realizar e de fato se realizou por seu ensinamento e sua ação. Mas não estenderam nunca essa interpretação do que vinha ocorrendo nos países europeus, a saber, a germinação, no seio da economia feudal, das formas capitalistas de produção, o desenvolvimento e a maturação do capitalismo e de suas instituições econômicas, sociais e políticas, com a conseqüente e paralela decadência e destruição do antigo regime; não estenderam essa análise e interpretação a tôdas as demais partes do mundo, que, aliás, não interessavam a êles, diretamente. Tratava-se de fatos específicos da evolução histórica dos países europeus. E assim foram considerados. (PRADO JÚNIOR, 1968, p.36-37).

Portanto, para Caio Prado Jr., esta análise equivocada da realidade, que redundou de conceitos de caráter apriorístico, resultou nas mais graves consequências políticas e da ação revolucionária, pois em vez de combater o capitalismo muitas vezes uniu-se a ele⁶.

Mas, se o sistema agrário brasileiro nada tem a ver com formas de tipos feudais, como ela se constitui? Segundo Caio Prado Jr. a base do sistema agrário se constituiu na base da exploração comercial em larga escala, e não em escala parcelar como na Europa. Sua força de trabalho era realizada por escravos africanos e indígenas – sem a presença de escravos europeus –, que junto à base latifundiária moldaram-se como um todo integrado, algo muito diferente da forma que se moldou na Europa. Para Caio Prado Jr., o que se moldou de economia camponesa, isto é, a exploração parcelar e individual do trabalhador rural, tanto no passado como no presente, se apresenta como muito pequena, quase residual. O essencial desse período, e fundamentalmente da economia agrária é a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo de escravos (PRADO JÚNIOR, 1968).

O horizonte das lutas no interior desse sistema também difere muito daquele dos países europeus, sendo que aqui se lutavam por melhores condições de trabalho e remuneração enquanto na Europa a luta se orientava na ocupação das terras. Logo, sua posição em relação à do camponês encontrava-se invertida.

⁶ Não é nosso intuito ser uma espécie de “juiz da história”, pois entendemos que, em alguns momentos, a aliança tática com a burguesia se fez necessária para tirar o PCB da clandestinidade.

Sendo assim, enquanto que o camponês se encontra economicamente vinculado a terra, a ligação do trabalhador do grande latifúndio com a terra se coloca num “plano secundário”.

Ao expor a composição econômica das grandes propriedades e as formas de exploração do trabalho no Brasil no período colonial, Caio Prado Jr. demonstra mais uma implicação da teoria do pré-capitalismo na ação revolucionária. Ora, se existisse um sistema econômico, baseado nas formas feudais de produção, logo a luta deveria ser pela ocupação de terras e não por melhores condições de trabalho e de remuneração. Assim ele afirma:

Essas considerações nos permitem entrever as importantes conseqüências de ordem prática e política que derivam de uma adequada análise e interpretação teórica do assunto. A caracterização do sistema econômico dominante na agropecuária brasileira, conforme se faça ou não no sentido de sua assimilação ao agrarismo feudal, leva respectivamente num e noutro caso a conclusões de ordem práticas essencialmente distintas e da maior significação. Não é por simples luxo teórico e preocupação acadêmica que estamos aqui insistindo nesse ponto e procurando mostrar o desacerto que consiste em interpretar a nossa economia agrária e as relações de produção e trabalho nêle presentes como derivações, ou remanescentes de obsoletas e anacrônicas formas e estruturas feudais. Uma interpretação como essa leva naturalmente à conclusão — e é realmente o que se tem verificado no caso da defeituosa teoria da revolução brasileira até hoje consagrada — de que a luta dos trabalhadores rurais brasileiros teria essencialmente por objetivo (como seria o caso se se tratasse de fato de camponeses) a livre ocupação e utilização da terra que hoje trabalham a título de empregados da grande exploração. E se dirigiria assim no sentido da reivindicação dessa terra. Reivindicação essa que representaria, e de fato representa à luz daquela interpretação, a superação do feudalismo agrário ou o que dêle sobrasse na atual conjuntura do campo brasileiro. (PRADO JÚNIOR, 1968, p.63).

Porém, é importante frisar que Caio Prado Jr. se refere a maior parcela dos trabalhadores rurais que se encontram nas grandes propriedades produtoras de café, algodão, cacau, cana-de-açúcar, entre outras, que tenha o mesmo sentido de exploração para exportação, ou seja, onde está fundamentalmente a base produtiva que nos caracteriza com país dependente. Dessa teoria, segundo Caio Prado Jr., geram-se conseqüências que delegam a questão do emprego na agropecuária

a segundo plano. E tudo isso, por conta da desorientação produzida por uma falsa interpretação histórica do Brasil (PRADO JÚNIOR, 1968). No que diz respeito à luta democrático burguesa antifeudal, o impulso revolucionário está na questão da posse de terras e não na relação trabalho-capital.

Isso não se demonstra na resolução política de 1960 na convenção nacional do PCB, como aponta Caio Prado Jr. Segundo o documento dessa convenção, a prioridade, para alavancar a organização de massas, deve ser dada aos assalariados e aos semiassalariados, considerando esses como base do processo revolucionário no campo (PRADO JÚNIOR, 1968). Porém, mesmo que se tenha essa orientação, boa parte dos militantes do PCB ainda eram orientados pelo senso apriorístico da “teoria consagrada”. Ele ainda afirma que isso “[...] constitui reconhecimento implícito, mas, sem dúvida, bem caracterizado, de que a revolução no campo brasileiro não tem sua mola mestra em nenhuma luta antifeudal, e não se dirige contra nenhum resto semifeudal” (PRADO JÚNIOR, 1968, p.76) e que essa resolução não condiz com o conjunto da resolução.

Novamente essa resolução se demonstra uma contradição que coloca incoerências tanto do ponto de vista teórico dos militantes quanto na ação revolucionária exercida por eles, uma vez que a ação prática e política tinha uma lógica enquanto que a orientação teórica tinha outra. Nesse sentido, a ação militante se orienta pela teoria ou pela ação, e isso se demonstraria como uma deficiência no interior do movimento revolucionário.

Como bem colocado por Caio Prado Jr., essa teoria não implica apenas o cenário rural, mas traz consequências para toda unidade revolucionária brasileira. Pois uma aliança com a burguesia poderia significar manter o sentido da colonização, e este erro a esquerda revolucionária não poderia cometer. Nesse sentido, a teoria da realidade brasileira precisaria passar por uma longa e profunda revisão. Sendo assim, Caio Prado Jr. propõe uma revisão que se coloque de forma mais adequada, partindo dos fatos a fim de derivar os conceitos, e não seu inverso, como se consagrou no interior do movimento de esquerda.

Conclusão

A questão que permeou o debate sobre a identidade e a formação brasileira pós década de 1920 resultou em diversas problematizações e que ainda hoje são passíveis de questionamentos. É um fato que, no interior do debate da esquerda, na discussão que se busca as origens dessa formação em um passado

pré-capitalista ou não, a pergunta a ser feita ainda parece ser pertinente: qual seria o caráter de uma possível revolução brasileira?

Comparando o Brasil daquele período ao dos dias atuais observam-se diversas transformações, isto é, ele transitou de uma economia fundamentalmente agrária para uma que mescla o agrário com o industrial, dominado pelo capital financeiro; a maior parte da população transitou do campo para as cidades; o padrão taylorista e fordista de produção começaram a dar sinais de esgotamento passando a dar uma excessiva importância à esfera financeira, entre tantas outras transformações que uma visão simplista poderia dizer que essa discussão tornou-se obsoleta. Mas o que continua enquanto fio condutor do passado para o presente é o papel que o Brasil possui na esfera internacional de produção e a maneira como as nossas classes dominantes se comportam.

Um diagnóstico “caiopradiano” colocaria no centro desse debate o fato de o Brasil de hoje ser fundamentalmente exportador e dirigido por uma classe autocrática. Em um livro chamado *Partido da terra: Como os políticos conquistaram o território brasileiro*, do jornalista Alcêu Luís Castilho (2002), conclui-se em números que a maior parte dos hectares de terra no Brasil ainda se concentra nas mãos de políticos. A coisa fica ainda mais dramática quando se olha os bens de senadores e juizes. Ainda segundo Castilho, em termos de desigualdade e distribuição de terra na América Latina, o Brasil fica apenas atrás do Paraguai (CASTILHO, 2002).

Outro fato de extrema relevância configura-se na forma operacional das decisões políticas que atingem toda sociedade. São esses mesmos políticos latifundiários que criaram medidas de “modernização” ao que diz respeito ao trabalho ou aos fatores de produção e acumulação de riqueza. Afirma Florestan Fernandes que sempre que é necessário esse rearranjo, é imperativo que ela seja sempre pelo alto, a fim de que não se atinjam os privilégios das classes dominantes. Em alguns casos, na história do Brasil, a burguesia não hesitou em suspender alguns direitos. Foi assim de 1937 a 1945 com a ditadura de Getúlio Vargas; com Eurico Gaspar Dutra em 1947, colocando o PCB na ilegalidade; em 1964 com os militares. Ou seja, percebe-se que existe um caráter autocrático da burguesia e que ela sempre tem o intuito de barrar o avanço social que ameace seu domínio.

Entretanto, isso não quer dizer que a história é um processo estático e que as mesmas condições de luta do passado devem ser atribuídas ao presente. A história sempre está em constante transformação o que implica em dizer que a classe no poder precisa se adaptar a outras condições.

Em 2016, por mais que os direitos civis não fossem suspensos, novamente houve um rearranjo das classes dominantes que, pela reforma trabalhista e, futuramente, pela reforma da previdência social protegessem os privilégios das camadas mais altas da sociedade. Decorrente desse processo foi necessário afastar, através de um impeachment, a presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff e colocar em seu lugar um sujeito que não tem compromisso com as classes subalternas, o vice-presidente Michel Temer. Este, por sua vez, não mediu esforços para levar o projeto autocrático brasileiro à frente, oferecendo banquetes de alto custo e até mesmo “incentivo” financeiro de campanha para que deputados e senadores apoiassem tais reformas. Entre diversas moedas de troca, o governo não incluiu nas reformas diversos seguimentos da sociedade, sendo os mais privilegiados os altos escalões do Estado e os mais atingidos seriam as classes subalternizadas. Novamente, a classe no poder procurou manobrar a política para se manter enquanto autocracia.

Então, buscar no passado as perguntas colocadas pelo presente faz-se tarefa fundamental para qualquer sujeito que almeje entender a configuração do Brasil atual, pois, como afirma o próprio Caio Prado Jr. (PRADO, 2000), o Brasil é *uma constante mudança em direção ao período colonial*. Investigar as heranças do atraso faz-se necessário em dias tão conturbados.

CAIO PRADO JR. AND THE MEANING OF COLONIZATION: THE INHERITANCE OF THE BRAZILIAN DELAY TO THE REVOLUTIONARY FIGHT

ABSTRACT: *This article intend to investigate how Caio Prado Jr. puts the question regarding the meaning of the colonization of Brazil, exposing their particularities and, from that, how this process implied on the configuration of the revolutionary struggle of the left in Brazil. Therefore, will be exposed the criticism of Caio Prado Jr. to the dominant thinking about pre-capitalism in Brazil and which are the implications of this theory in the revolutionary political action.*

KEYWORDS: *Colonization. Capitalism. Feudalism. Revolution.*

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, O. **Agrarismo e industrialismo**: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil. 2.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

CASTILHO, A. L. **Partido da terra**: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2002.

DI CARLO, J. Da margem se vê melhor?: autoritarismo no Brasil segundo a oposição de esquerda nos anos 1930. **Revista Política Hoje**, Recife, v.27, p.162-194, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/231261>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARINI, R. M.; TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **Contribuição a crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

Recebido em 24 de abril de 2018

Aprovado em 06 de agosto de 2018

